

**Processo 34.588/2017 – SMS**

**EDITAL  
DE  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2018**

O Município do Rio Grande comunica aos interessados que está procedendo Chamamento Público para CREDENCIAMENTO de Comunidades Terapêuticas para tratamento de crianças e adolescentes usuários de Substâncias Psicoativas, conforme Termo de Referência Anexo I.

**1. DO OBJETO**

1.1 - O presente Chamamento Público visa credenciar entidade da sociedade civil sem fins lucrativos na modalidade comunidade terapêutica, em regime de residência, permanência 24 (vinte e quatro) horas, em âmbito estadual, com duração mínima de 09 (nove) meses, incluindo a triagem inicial e plano terapêutico de no máximo 09 (nove) meses por recuperando, para tratamento de crianças e adolescentes 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, usuários de Substâncias Psicoativas, e sob a responsabilidade e fiscalização da Secretaria de Município de Saúde - SMS.

1.2 - Os valores serão pagos diretamente aos credenciados e serão os seguintes:

Acolhimento	Valor mensal
Crianças e adolescentes ambos os sexos	R\$ 1.500,00 por recuperando

**2. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**

2.1. As entidades interessadas em prestar serviços ao Município do Rio Grande, deverão entregar os documentos indicados no Item 03 deste Edital no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos sito à Rua General Bacelar, nº 264, 2º andar, centro, nesta, a partir do dia 30 de agosto de 2018 das 13:00 (treze horas) às 17:30 (dezessete horas e trinta minutos).

2.2. O Credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas nesse Edital, durante todo o seu período de vigência.

2.3. A vigência do credenciamento é de 05 (cinco) anos a contar da data de publicação do Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

**2.4. O contrato com os interessados vigorará a contar de sua assinatura até o final do Prazo de vigência do Edital de Chamamento Público para Credenciamento.**

2.5. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observado o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da solicitação mediante termo formal e termo de recebimento emitido pela Secretaria solicitante.

### **3. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO PESSOA JURÍDICA:**

3.1. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, onde conste, dentro dos objetivos, a prestação dos serviços acima indicados;

3.2. Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

3.4. Certidão de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

3.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, na Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante;

3.6. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão;

3.7. Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo Município da sede do estabelecimento;

3.8. Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária competente.

3.9. Cópia do Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física do responsável legal pela instituição.

3.10. Apresentar Plano Terapêutico da Comunidade com equipe técnica vigente.

3.11. A instituição deverá comprovar que mantém responsável técnico de nível superior legalmente habilitado, bem como um substituto com a mesma qualificação conforme Resolução RDC nº 29/2011 Anvisa.

3.12 – Parecer do Conselho da Criança e Adolescente da Cidade sede da CT sobre o funcionamento da Comunidade Terapêutica.

3.13. Requerimento de Credenciamento Anexo II deste Edital devidamente preenchido.

3.14. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos - Modelo Anexo III

3.15 – Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal - Modelo Anexo IV

### **4. – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

4.1 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em uma única via a saber:

- a) em original (não serão devolvidos)
- b) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo (a) Pregoeiro (a), por membro da Comissão,
- c) ou publicação em órgão da imprensa oficial,
- d) vedada sua apresentação através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível.
- e) os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

4.2 - Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para o recebimento dos envelopes, deste Edital.

4.3 - Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

## **5. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. Ser entidade da Sociedade Civil sem fins lucrativos e que desempenhe atividades de interesse social.

5.2. Estar localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

5.3. Atender a demanda de pacientes de ambos os sexos na faixa etária de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos incompletos.

5.4. Os serviços serão prestados exclusivamente no estabelecimento do credenciado, com pessoal e material próprio, sendo de sua responsabilidade exclusiva e integral os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.

5.5. Em caso de haver mais de uma credenciada, as internações ocorrerão conforme escolha do responsável pelo paciente e disponibilidade de oferta pela credenciada.

5.6. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de má prestação, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e ampla defesa.

5.7. Em caso de negativa injustificada de atendimento, além do descredenciamento serão aplicadas as seguintes penalidades;

- a) Advertência.
- b) multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do procedimento solicitado e não executado.

- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) anos
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

## **6. É VEDADO**

- 6.1. O trabalho do credenciado em dependências ou setores próprios do Município;
- 6.2. O credenciamento de profissionais pertencentes ao quadro permanente do Município, bem como pessoas jurídicas com as quais esses mantenham qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, conforme art. 9º, inciso III e § 3º, da Lei 8.666/1993;
- 6.3. A cobrança de qualquer valor de familiares, por parte da instituição, pelos atendimentos acordados com o Município por meio do presente termo.

## **7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 7.1. Os pagamentos serão mensais, vinculados ao quantitativo do objeto executado, sujeito a fiscalização.
- 7.2. O valor será reajustado, anualmente, pela variação da URM, tendo como data base a data de publicação do Edital de Chamamento.

## **8. FORMALIZAÇÃO**

- 8.1. O credenciamento será formalizado mediante termo próprio, conforme Anexo III – Minuta de Termo de Credenciamento, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital, bem como aquelas previstas no art. 55 da Lei nº 8.666/1993, que lhe forem pertinentes.

## **9. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**

- 9.1. Eventuais pedidos de impugnações ao presente Edital de Chamamento Público deverão ser dirigidos ao Gabinete de Compras, Licitações e Contratos e protocolizados durante o horário de expediente das 13:00 (treze horas) às 17:30 (dezessete horas e trinta minutos), até 24 horas anteriores a data marcada para início da entrega de documentos
- 9.2. Da decisão relativa ao credenciamento ou descredenciamento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis que deverá ser redigido ao Gabinete de Compras, Licitações e Contratos e protocolizados durante o horário de expediente das 13:00 (treze horas) às 17:30 (dezessete horas e trinta minutos).

## **10. INFORMAÇÕES**

10.1. Informações serão prestadas aos interessados no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos sito a Rua General Bacelar, nº 264, 2º andar, centro, nesta, Telefone (53) 3233.8417, durante o horário de expediente das **das 13:00 (treze horas) às 17:30 (dezesete horas e trinta minutos)**, onde poderão ser obtidas cópias do Edital. O edital estará disponível também no site desta Prefeitura [www.riogrande.rs.gov.br](http://www.riogrande.rs.gov.br).

11. - Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Requerimento de credenciamento

Anexo III – Modelo de declaração de não emprego de menor

Anexo IV – Declaração de não emprego de funcionários Municipais.

Anexo V – Minuta de Termo de Credenciamento

12. Os casos omissos neste edital serão resolvidos nos termos da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, suas alterações e legislação complementar.

13. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 27 de agosto de 2018.

**Ademir Giambastiani Casartelli.**

**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**